

# “O DOENTE PARECIA MORDIDO DE COBRA, DE ‘BICHA VENENOSA’”: ANOTAÇÕES SOBRE A FEBRE AMARELA

## “THE PATIENT SEEMED TO LIKE A SNAKE BIT, FROM ‘VENOMIC BICHA’”: NOTES ABOUT YELLOW FEVER

**Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>1</sup>**

Endereço Profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Av. Senador Salgado Filho. Lagoa Nova, Natal – RN. CEP: 59070-405.

E-mail: [azemar@ce.ufrn.br](mailto:azemar@ce.ufrn.br)

**Resumo:** Esse texto tem por objetivo analisar as epidemias de febre amarela no território paraibano em seus ataques epidêmicos em que assolou a população com seu “veneno mortal”, sobretudo nos anos de 1850 e 1926. Uma história amarela, venenosa, febril, mórbida. Metodologicamente, me aproprio do conceito de monumentalização do documento proposto por Jacques Le Goff (1994) para pensar a escrita da história das doenças. Conclui-se que durante os surtos epidêmicos, a Paraíba viveu um período de desorganização e reorganização social através de um embate bélico contra a doença.

**Palavras-chave:** Febre amarela. Epidemia. Paraíba.

**Abstract:** This text aims to analyze the epidemics of yellow fever in the territory of Paraíba in its epidemic attacks in which it devastated the population with its “deadly poison”, especially in the years 1850 and 1926. A yellow, poisonous, feverish, morbid story. Methodologically, I appropriate the concept of monumentalization of the document proposed by Jacques Le Goff (1994) to think about the writing of the history of diseases. It is concluded that during the epidemic outbreaks, Paraíba lived a period of disorganization and social reorganization through a war battle against the disease.

**Keywords:** Yellow fever. Epidemic. Paraíba.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Práticas Educacionais de Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRN) e História (UFCG). Graduado em História (UEPB), Mestre em História (UFPB), Doutor em Educação (UFPB).

## Uma história amarela, venenosa, febril

Era dois de agosto de 1851, quando o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque anotou no Relatório de Presidente de Província<sup>2</sup> da Paraíba os proclamas de agradecimento às divindades por ter livrado a Paraíba do mal da febre amarela:

[...] a febre amarela que no Norte do Império há feito, e faz ainda tantos estragos não vos há perseguido do anno passado para cá. Rendamos Graças aos Senhores, á Divina Providência por tão destinetto favor. Continue o Ceo a lembrar-se de nós, e remova de nossos irmãos do Norte esse terrível flagelo.

Os escritos do presidente da província nortenha rendiam graças à Providência Divina por ter livrado as terras paraibanas de um mal que no ano anterior tinha dizimado uma quantidade considerável de vidas. É sabido que esse discurso apresenta uma prestação de contas ao governo central do país sobre as condições de saúde da Província, o que não quer dizer necessariamente que a febre amarela tinha sido vencida pelo saber médico. São discursos que funcionavam na intenção de mostrar aos poderes que tudo estava bem, que o serviço de gestão funcionava e que a população podia ficar calma, pois a “febre não mais causaria danos”. Assim, afirmo que os relatórios publicados pelos chefes do poder executivo apresentam uma suavização em seus discursos, quando queriam passar a ideia de que seus feitos haviam surtido efeito; bem como uma potencialização na ênfase de algum fato, quando necessitavam de ajuda por parte do poder central. Os relatórios são uma espécie de gangorra, que sobem e descem. Contêm discursos falseados, amortizados, ou mesmo, tensos e intensos, pavorosos, alarmantes, causador de pânico.

São discursos que registraram acontecimentos ditos importantes no sentido de entender as formas encontradas para agir diante do caos provocado pelas doenças. Na Paraíba, a documentação sobre o século XIX é consideravelmente parca em relação ao vigésimo século. Portanto, os Relatórios de Presidente de Província tornaram-se fontes imprescindíveis na hora de debruçar o olhar do historiador sobre algum fato, nesse caso, sobre alguma enfermidade. É pelos escritos desses relatórios que chegamos às informações adoecidas, e, através deles é possível “reconstruir” uma história - ou outros discursos -, sobre as doenças na Paraíba. Nesse caso, cheguei à febre amarela através dessa documentação

---

<sup>2</sup> São documentos que foram produzidos pela administração das províncias brasileiras e destinavam-se à Assembleia Provincial com periodicidade anual ou quando havia mudança da presidência. Neles, estavam contidas informações sobre economia, saúde pública, obras, educação, estatísticas e demais assuntos relacionados à administração provincial.

oficial, produzida por aqueles que governavam, que tinham interesses em fazer circular um dado discurso, em estabelecer uma “verdade”.

Os relatórios são apontados dentre os documentos oficiais por sua abundância de informações, sobretudo “quando em se considerando os anexos que incluem, com quadros e tabelas estatísticas”<sup>3</sup>. Dependendo de quem os produziu, devido à alta rotatividade de presidentes, eles chegam a conter detalhes, minúcias que permitem ao historiador da cultura imaginar determinadas situações ou mesmo refletir sobre a história individual de algum doente. Partindo dessa descrição, achei importante convidar Jacques Le Goff<sup>4</sup> para o diálogo. Para esse autor, as fontes históricas precisam ser analisadas, questionadas, problematizadas. É preciso repousar sobre as fontes, inquietações e perceber nelas seus silêncios, os não ditos ou mesmo aquilo que está por trás das palavras. É preciso perceber suas intenções. Quem o produziu, o fez com uma finalidade específica. São nos documentos que encontramos os discursos que nos levam até o passado. Não ao real, mas a um real construído pela imaginação de quem o lê.

É consenso a afirmativa de Jacques Le Goff<sup>5</sup>, de que todo documento é um monumento. O documento torna-se nesse caso “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”<sup>6</sup>. Ou seja, está repleto de intencionalidades, de vontades, de “verdades”, de desvios. Eles são responsáveis por cristalizar os fatos históricos a partir da subjetividade e/ou interesses de quem produziu. É através desses documentos que reelaboramos o passado, perseguindo as intenções daqueles que num dado momento timbraram em palavras um dado fato histórico.

Embora os relatórios de presidente de província falem sobre toda a sorte de coisas que vai desde o estado dos negócios públicos às querelas pessoais, passei a fazer sua leitura a partir do interesse em perceber a doença. Mais especificamente, uma enfermidade: a febre amarela. Epidêmica. Que adentrou a Paraíba por diversas vezes. Na maioria delas, a bordo de uma fragata, febril, assombrada, trêmula. Nau que apitava as sonoridades da morte. Tentei, por meio dos relatórios, ouvir os sons dos navios, os sussurros dos dentes que insistiam em bater uns nos outros ao tremer de frio, o barulho dos corpos que se debatiam ao arder em febres, do desespero diante da morte. Ouvir tais gemidos me levou às medidas consideradas enérgicas tomadas pelos poderes públicos diante da doença, as formas de desorganização e reorganização do espaço social, da vida particular das pessoas. Trata-se de

---

<sup>3</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *As fontes para a história social do Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: BIB, 1987.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

<sup>6</sup> Idem, p. 545.

uma história cultural da doença, de corpos compadecidos pela pena, da guerra contra um mal, da vida [ou da morte] das pessoas.

A febre amarela esteve contida nos registros dos presidentes de província desde o ano de 1850, quando grassou ruas acima do rio Sanhauá como peste que invadia sem pedir licença o corpo das pessoas. Ela assumiu um caráter violento, assassino, destruidor. Ou mesmo como afirmou Oscar de Castro<sup>7</sup>, nenhuma “ocorrência outra, como de sarampo, febre tifoide, não tiveram caráter tão violento”. É sobre essa acharque que dedico essas linhas. Um texto que pode ser construído a partir dos poucos registros sobre essa enfermidade na documentação oficial. Esse texto tem por objetivo analisar as epidemias de febre amarela em território paraibano nos três ataques epidêmicos em que assolou a população com seu “veneno mortal”. Uma história amarela, venenosa, febril, frívola, mórbida.

### **Epidemia de bichas, epidemia dos males**

Era véspera de um dia qualquer dos primeiros meses do ano de 1850. Com velas estendidas, podia se ver pelas ruas mais altas da capital paraibana aproximar-se uma escuna que a passos lentos chegava para ancorar no Porto do Capim<sup>8</sup> e descarregar algum tipo de produto que abasteceria a cidade. Era uma tripulação composta quase que totalmente por estrangeiros. Era um navio vindo doutras paragens, de terras adventícias. O barco trazia marinheiros. Os marinheiros traziam em seus corpos uma doença. Em seguida, o primeiro registro: “[...] logo que se apresentavam os primeiros casos de peste, que foram nas tripulações dos navios estrangeiros [...]”<sup>9</sup>.

Possivelmente, por apresentar corpos acometidos pelo mal no interior do navio, seu comandante já tinha consciência de que seu navio poderia ser visto como assombrado, aquele que hasteou a bandeira tatuada com a caveira da morte. Metáforas do medo, daquele que traz consigo o atroz destino. Era comum os navios que atracavam nos portos das cidades trazerem consigo além de alimentos e produtos considerados modernos, determinadas mazelas. Em alguns casos, conscientes de portar tal enfermidade, ao atracar, os

---

<sup>7</sup> CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1945, p. 266.

<sup>8</sup> O cais do Varadouro era a porta de entrada: por ali entraram o colonizador europeu, as ordens religiosas, os engenheiros que edificaram os prédios e planejaram as ruas, as várias epidemias que assolaram a população, as principais notícias do poder central, os alimentos, medicamentos, vestimentas, cosméticos, os sinais da modernidade (Cf. SOARES JR., 2015, p. 39).

<sup>9</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850, p. 19.

comandantes enviavam o doente até a Santa Casa de Misericórdia na intenção de salvar a vida do enfermo. O fato era que exatamente no trajeto de descida do navio, na caminhada pelas ruas até chegar ao hospital, acreditava-se que o doente, através do contato com pessoas sãs, acabava por contaminá-las<sup>10</sup>. Alguns desses casos, pelo adiantar da doença, acabavam sendo fatais e sua disseminação certa. Foi o que aconteceu na cidade da Paraíba no ano de 1850. A febre amarela desceu foga dos navios estrangeiros e fez morada no corpo de homens e mulheres que habitavam naquela cidade. Iniciava aquilo que Oscar de Castro<sup>11</sup> afirmou ser “[...] uma das maiores calamidades foi a febre amarela, em 1850”.

Uma doença de sintomas dolorosos e assustadores. As primeiras descrições, ainda do período colonial, como apresenta o Dr. Odair Franco<sup>12</sup>, apontam para existência de violentas dores na região lombar, icterícia, ou seja, “os doentes ficavam mais amarelos do que marmelos”, e vômitos negros, sendo que a morte sobrevinha do terceiro ao quinto dia. Apoiado em observações de padres jesuítas que atuaram na América Central, afirmou a existência de “[...] uma gravíssima e intensa dor de cabeça e de todos os ossos do corpo, tão violenta, que parecia desconjuntarem-se e que uma prensa os comprimia [...]” e que “[...] pouco depois sobrevinha um calor intensíssimo, que à maioria ocasionava delírios, embora não a todos, em seguida, alguns apresentavam-se com vômitos como de sangue podre, e destes poucos ficavam vivos”<sup>13</sup>.

A doença podia ter uma duração de até sete dias. Após os sintomas de febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias, caso sobrevivesse a essa fase, o doente poderia passar dois dias de bem-estar, tendo em seguida uma recaída caracterizada por forte icterícia, insuficiência hepática e renal, manifestações hemorrágicas e cansaço intenso. Essa era a forma mais rara e também mais grave da doença. Aqueles que conseguiam se recuperar dessa fase da febre amarela, adquiriam imunização permanente contra a doença.

A descrição acima foi identificada na maioria dos tripulantes dos navios que atracaram no porto do Capim na capital paraibana, com a ressalva de que a maioria deles morriam na primeira fase, ou seja, após o terceiro dia de enfermidade devido ao caráter violento da doença. A febre amarela começava a fazer suas vítimas em terras paraibanas, acometendo estrangeiros e ceifando a vida dos moradores locais. A epidemia que grassava

---

<sup>10</sup> Nesse período, acreditava-se que a febre amarela era uma doença contagiosa, sendo transmitida de indivíduo a indivíduo. Só na transição do oitocentos para o novecentos foi descoberto que a transmissão era feita pelo mosquito, como mostrarei mais adiante.

<sup>11</sup> CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1945, p. 266.

<sup>12</sup> FRANCO, Odair. *História da febre-amarela no Brasil*. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969, p. 9-10.

<sup>13</sup> Idem, p. 8.

corpos de homens e mulheres em meados do século XIX já tinha feito outras vítimas desde o século XVII. De acordo com José Américo de Almeida<sup>14</sup>, a febre amarela, que “[...] invadira Pernambuco, pela primeira vez, em 1685 e daí passara à Bahia, também deu entrada na Paraíba, no ano seguinte, senão com a mesma fulminante intensidade, com um surto dizimador”. Nos apontamentos do médico Oscar de Castro<sup>15</sup>, “a nossa província sofreu-a em 1686 [...] outra não foi senão a febre amarela, muito bem descrita em antigos relatórios, em que não faltam referências á ‘icterícia’ e ‘supressão das ourinas””. Ainda sob o julgo de José Américo de Almeida<sup>16</sup>, o flagelo conhecido por bichas ou males durou nas cidades portuárias até o ano de 1692, quando ano a ano ia fazendo vítimas até que a população encontrasse formas de resistência à doença.

Jaime Benchimol<sup>17</sup> afirmou que a febre amarela é uma doença africana e que migrou para as Américas em consequência das transformações socioeconômicas, ambientais e da importação – junto com o tráfico de escravos – do mosquito que era um dos transmissores do vírus na África, o *aedes aegypti*. A partir do oitocentos, a febre amarela passou a ser vista como doença com etiologia específica, um fungo ou bactéria, portanto contagiosa, o que requereria isolamento, quarentenas e desinfecções para os portadores do microrganismo e para os espaços e objetos em que ele pudesse se aninhar.

Essa afirmativa parece ter sido a que mais teve força nas capitais portuárias Brasil afora. Na Paraíba, por exemplo, medidas como isolamento, quarentenas e desinfecções foram adotadas na tentativa de vencer a guerra contra a febre amarela. O Sr. José Vicente de Amorim Bezerra, então presidente da Província da Paraíba, no ano de 1850 afirmou em relatório enviado à Assembleia Legislativa que logo que assumiu a administração da província, ela foi “[...] acometida do flagello da peste, desenvolvendo-se a febre amarela, que tantos estragos causou em outras Províncias do Império, ceifando preciosas vidas”. Ao perceber o caráter “maligno” da doença, matando “[...] bastante victimas o que mais sensível se torna em huma Província de tão pequena população”, mandou construir um lazareto numa geografia mais afastada da capital, evitando assim uma possível comunicação entre sãos e doentes.

---

<sup>14</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Paraíba, 1980, p. 436.

<sup>15</sup> CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1945, p. 265-266.

<sup>16</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Paraíba, 1980.

<sup>17</sup> BENCHIMOL, Jaime L.. Doenças como construções: os exemplos da Febre Amarela e do Calazar. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; SILVESTRE, A. J. T.. *Uma história brasileira das doenças*. V. 8. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 11-62, p. 14.

O Sr. José Vicente de Amorim Bezerra afirmou ainda que foi pessoalmente escolher o espaço onde seria edificado o lazareto e enviado os febris empalidecidos. A Ilha do Tiriry<sup>18</sup> foi então selecionada para ser esse abrigo. Para Nereida Martins<sup>19</sup>, a ilha fica de frente para a cidade, mas a uma distância julgada razoável para a proteção da população. A terra pertencia ao Sr. Joaquim Gomes da Silveira, um “[...] prestimoso cidadão [que foi] concedida francamente”<sup>20</sup>. Naquela ilha foi construída o Lazareto “[...] sob a administração do engenheiro da Província, o qual se esforçou em aprontá-lo com maior brevidade”<sup>21</sup>. Não foi possível saber o tempo que se levou para edificar o prédio, mas o presidente da Província da Paraíba fez questão de gravar em seu relatório que após a construção mandou “[...] fornecer todo o material necessário e pô-lo a disposição do consul de Sua Majestade Britânica para nelle serem tratados os súbditos daquela nação que fossem afectados das febres”<sup>22</sup>. Ou seja, a principal preocupação do chefe do executivo local era com os doentes estrangeiros, não com a população paraibana infectada. Aos doentes estrangeiros, ainda foi reservado um enfermeiro e os serventes precisos para auxiliar na cura. Tratou ainda de afirmar que o lazareto foi construído exclusivamente para os ingleses acometidos pelas febres, sendo “[...] recolhidos no lazareto súbditos estrangeiros”<sup>23</sup>.

Essa medida criou um impasse político. Ao saber que apenas os ingleses infectados haviam sido enviados para o isolamento, o Consul Britânico pediu a imediata suspensão do lazareto, pois lá a mortalidade era maior devido à falta de assistência médica devida, além do fato do ar estar impregnado de miasmas infectados. Por outro lado, o presidente da Província recebeu severas críticas da população por dar assistência quase que exclusivamente aos estrangeiros, quando deveria atender as necessidades da população local. O fato é que a construção do lazareto foi em vão, pois os ingleses não ficaram muito tempo ali isolados e também não impediu que a peste se alastrasse para a capital. Como justificativa, o Sr. José Vicente de Amorim Bezerra afirmou que sua intenção foi “[...] annui

---

<sup>18</sup> A Ilha do Tiriry está geograficamente localizada no estuário do Rio Paraíba do Norte, pertencendo à cidade de Santa Rita. É cercada pelas águas do Rio Paraíba e seus afluentes. Para chegar até a ilha era necessário fazer uso de barcos na travessia.

<sup>19</sup> MARTINS, Nereida Soares. *Santa casa dos mortos: ritos fúnebres, mortalidade e relações de poder na Paraíba oitocentista*. Recife, 2019. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, p. 167.

<sup>20</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

<sup>21</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.

não só a bem dos infelizes pesteados como porque não obstante as diversas precauções que tomei, a peste se havia comunicado á população!”<sup>24</sup>.

Percebo ainda que o discurso construído pelo presidente da Província da Paraíba, é como chamou atenção Jacques Le Goff<sup>25</sup> é o resultado de uma montagem da história, da época, da sociedade que o produziu. O produtor do documento cria “verdades” da mesma forma que constrói “mentiras”. O documento é produção de um jogo de poder, daquilo que se quer gravar, que se quer deixar para a posteridade, para o futuro. Assim, cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo e desmontar, demolir esta construção e analisar as condições de produção desses documentos-monumentos. Analisar esses discursos é submetê-los a diversas formas de crítica histórica, pensando-o sob variados pontos de vista: político, social, econômico, cultural e, sobretudo, de poder. O produtor do documento fala a partir de um lugar de poder. Cria um discurso que quer ser cristalizado sobre suas ações e suas imagens.

Se o isolamento e quarentena, medida adotada em todas as cidades atingidas pela doença no século XIX, funcionou na cidade da Parahyba apenas para estrangeiro, coube ao presidente da Província adotar as medidas de desinfecção após a reivindicação dos paraibanos. Jaime Benchimol<sup>26</sup> escreveu que as febres podiam ser causadas por múltiplas agências, dentre elas, a constituição orgânica dos indivíduos, vista à luz da teoria clássica dos humores; o clima somado a algumas substâncias da natureza gasosa que infeccionava a atmosfera proveniente de matérias orgânicas em putrefação, o que requeria intervenções no ambiente, especialmente o urbano. Noutras palavras, a falta de cuidado com o corpo e com as casas e ruas, no oitocentos, era vista como característica fundamental para a proliferação da febre amarela e outras doenças. Fazia-se necessário combater-las.

A primeira medida tomada foi exigir do vigário da freguesia da capital que “[...] fossem vedadas as sepulturas nas igrejas, o que não pôde inteiramente conseguir, porque contra tão salutar medida se oppuzerão enraizados preconceitos”<sup>27</sup>. Algumas questões podem ser suscitadas a partir da medida citada: a primeira, de que as igrejas foram historicamente até meados do século XIX o lugar para realizar o enterramento dos mortos,

---

<sup>24</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 537-538.

<sup>26</sup> BENCHIMOL, Jaime L.. Doenças como construções: os exemplos da Febre Amarela e do Calazar. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; SILVESTRE, A. J. T.. *Uma história brasileira das doenças*. V. 8. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 11-62, p. 12.

<sup>27</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

especialmente da elite, dessa forma, fechar as sepulturas representava não mais realizar os enterramentos nas igrejas: lugar de distinção social e que culturalmente fazia o morto se sentir mais próximo de Deus, conforme pensamento da época; segundo, que diante de uma epidemia, as igrejas da cidade não possuíam espaços suficientes para sepultar a grande quantidade de mortos pela doença, exigindo assim a necessidade da construção de cemitérios. Instalava-se mais um impasse na gestão do Sr. José Vicente de Amorim Bezerra: estava proibido o enterramento nas igrejas e não havia ainda cemitérios para sepultar os cadáveres. As críticas, especialmente da oposição, possivelmente aumentaram, sobretudo após a aprovação da lei de 23 de março de 1850 que liberava a quantia de 2:5000\$000 réis para a construção de um cemitério na cidade. De acordo com informações timbradas por Nereida Martins<sup>28</sup>, a construção não havia sido começada naquele ano. Diante da situação, as igrejas continuaram servindo de cemitério para os mortos.

A segunda medida diz respeito ao toque dos sinos. Era comum nas cidades daquela época que diante do falecimento de algum morador os sinos das igrejas anunciassem a partida. Para Karla Rascke<sup>29</sup>, ao longe ouvia-se o rufar do tambor e as vozes que contagiavam a curiosidade dos moradores, assim como os sinos cujos dobres emitiam sinais, identificavam a morte e quem morreu. Anunciava-se, pelo toque do sino, a partida, e a necessidade de organização comum para os encaminhamentos do morto ao mundo além-vida. O sino transmitia a notícia, ao passo que as sinetas chamavam o povo para o cortejo, pois eram utilizadas durante a procissão fúnebre, anunciadoras da passagem do préstito por ruas e praças, até a chegada ao lugar do sepultamento. Assim, em decorrência da grande quantidade de mortos, o Sr. José Vicente de Amorim Bezerra ordenou que cessassem a “[...] multiplicidade dos dobres de sinos, que, como não ignoraes, muito constrangem hum enfermo no leito da dor, e bom seria que fizésseis cumprir a tal respeito as Constituições do Bispado, entre nós em dezuso”<sup>30</sup>. Embora a alegação do presidente seja o constrangimento ao doente, pois num dado momento os badalos dos sinos poderiam ser em razão da morte da próxima vítima, é importante lembrar que essa medida também pode ter sido tomada em razão da divulgação da grande quantidade de mortes em tempos de peste. Os sinos badalavam anunciando a vitória da morte, constantemente.

---

<sup>28</sup> MARTINS, Nereida Soares. *Santa casa dos mortos: ritos fúnebres, mortalidade e relações de poder na Paraíba oitocentista*. Recife, 2019. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, p. 169.

<sup>29</sup> RASCHE, Karla Leandro. Um funeral digno: celebrações da morte na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1888-1925). *Revista Afro-Ásia*, n. 50, 2014, p. 160-161.

<sup>30</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

A terceira medida dita de desinfecção foi destinada à população pobre: “[...] mandei distribuir nas boticas da Capital medicamentos gratuitos pela pobreza, que á falta de meios não recorria a medicina”<sup>31</sup>. A distribuição de remédios foi uma das medidas de fundamental importância para combater a febre amarela, especialmente para a população em estado de vulnerabilidade. Mas o que mais chama a atenção na fala do presidente da Província é a alegação de que “[...] a falta de meios não recorria a medicina”. Tal discurso revela que a maior parte da população pobre não tinha acesso à informação sobre os cuidados médicos, tratando suas mazelas quase que exclusivamente com medicamentos populares produzidos sob a orientação dos saberes de homens e mulheres que atuavam como curandeiros, benzedoras, rezadores, etc.. Denuncia ainda a parca quantidade de médicos disponíveis na Paraíba para atender os doentes<sup>32</sup>. Com o agravamento da epidemia de febre amarela, o presidente da Província recorreu ao governo imperial sob a alegação do “[...] estado deplorável dos habitantes da Capital e o aumento das despesas feitas com socorros públicos”<sup>33</sup>. Em resposta, o governo central, localizado na capital do país, na cidade do Rio de Janeiro, “[...] dando expansão aos sentimentos de magnânima bondade que borbulham em seu coração bemfazejo, dignou-se não só aprovar todo o meu procedimento, como autorizou-me a despendar a quantia de 1:733\$000 para socorros á pobreza”<sup>34</sup>, no dia 02 de abril de 1850. O relatório não apresenta a prestação de contas desse dinheiro, nem se o mesmo foi utilizado e como foi gasto.

Outras medidas de desinfecção foram destinadas à salubridade pública, exigindo medidas também da Câmara Municipal. Façamos a leitura do relato:

[...] encontrei as ruas menos públicas e becos desta cidade quase obstruídos de pútrido lixo e temendo as malignas influencias de tão prejudiciaes miasmas principalmente em hum tempo pestifero, tratei com todo vigor de activar aos fiscaes, empregando nesse serviço, de asseiar a cidade, os presos sentenciados e removendo aquelles depósitos de esterquillineos, que muito depunham contra os empregados então da Câmara<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Cf. SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2015.

<sup>33</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850. Grifos meus.

As condições de higiene em meados do oitocentos na Paraíba eram de causar pavor aos nossos sentidos. Mas, parece que essas descrições sobre as condições de salubridade, ou mesmo algum tipo de medida para solucionar o problema só era feita em tempos de pestes. De acordo com Azemar Soares Júnior<sup>36</sup>, os relatórios dos médicos inspetores de higiene da cidade da Parahyba dão a entender que os indivíduos exalavam um fedor animal. Tudo cheirava mal. As ruas “fediam a lama, lixo e fezes; a lagoa parecia um pântano malcheiroso, nos abatedouros as moscas disputavam com os tapurus que se alimentavam dos restos de animais que em estado de putrefação fediam a carniça”<sup>37</sup>. Os urubus também rasgavam o corpo de um animal morto deixado próximo de casas que eram invadidas pelas janelas por aquele fedor quase insuportável. O fedor é característica constante dos relatórios da salubridade pública, rogando ao governo esforços para afastar da cidade os objetos malcheirosos que a população amontoa nas ruas, largos e praças.

A mesma denúncia pode ser percebida na obra de Vicente Gomes Jardim, intitulada *Monografia da Cidade da Parahyba do Norte*<sup>38</sup>, que revela uma realidade urbana precária e que, até então, praticamente inexisteram esforços para promover o apagamento de rastros da cidade colonial em sua estrutura física e configuração e a não adoção de novos padrões estéticos, higiênicos. Percebo um desprezo pelas prescrições de higiene das ruas, dos prédios, dos largos e praças provocado não só pela falta de uma educação hígida, mas também pela construção de edificações tortuosas, como a proliferação de casas de palha no centro e nos arredores da cidade. Os novos padrões estéticos, higiênicos e de modernidade tiveram que aguardar as primeiras décadas do século seguinte.

Os gêneros alimentícios não ficaram de fora das ações de desinfecção. Após exigir a higienização das ruas e a convocação dos presos sentenciados para realizar tal serviço, o então presidente da Província da Paraíba se dirigiu até os armazéns de carne seca localizados no Varadouro. Lá estavam “[...] acumulados de grande números de arrobas daquele gênero em completo estado de ruína, constou-me que alguém muito de proposito importava para esta província aquele gênero que em Pernambuco pela sua corrupção era condenado a não ser vendido”<sup>39</sup>. As carnes que não eram vendidas na província vizinha eram trazidas para

---

<sup>36</sup> SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2015, p. 57-58.

<sup>37</sup> LIMA, Francisco D'Araújo. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Francisco D'Araújo Lima*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1862.

<sup>38</sup> JARDIM, Vicente Gomes. *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 108-109, 1911.

<sup>39</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

Paraíba, e, mesmo podres, vendidas à população. O fato revela que não havia à época nenhum tipo de fiscalização sanitária sobre os produtos e gêneros alimentícios que chegavam nos navios para serem comercializados na capital paraibana. O fato provocou indignação em José Américo de Almeida ao escrever sobre a Paraíba e seus problemas: “custa a crer como um meio tão descuidado a epidemia não tenha sido mais destruidora. Escasseavam, talvez, os mosquitos transmissores”<sup>40</sup>.

Durante uma das visitas do Sr. José Vicente de Amorim Bezerra ao Varadouro, pode presenciar a chegada da escuna batizada por nome *Berenice*. Era um navio a vela de propriedade do Sr. Felipe Neri, de nacionalidade portuguesa. A escuna trazia em seus porões uma carga de carne seca “[...] em tal estado que os próprios donos dos armazéns de carne infecta a não quizerão armazenar, limitando-se alguns a comprar por baixo preço pequenas porções para revender-a ao povo [pobre]”<sup>41</sup>. Como medida profilática, após afirmar que o procedimento do comerciante português “[...] envenenava a população desta cidade, e ainda mais receiando os funestos crimes resultados de tais depósitos ao tempo em que grassava com todo vigor a febre amarela”<sup>42</sup>, resolveu montar uma comissão composta pelo fiscal de higiene, o subdelegado de polícia e o cirurgião da Saúde Pública para verificar o estado da carne descarregada das entranhas de *Berenice*. A comissão, após rápida análise “[...] condenou a serem lançadas ao mar mais de cinco mil arrobas de carne completamente podre, sendo quase duas mil pertencentes ao carregamento da referida escuna *Berenice*”<sup>43</sup>. A medida assinada pelo presidente da província lhe rendeu alguns elogios nada agradáveis por parte dos comerciantes. A sua imagem foi engendrada à alcunha de “[...] sórdido interesseiro [...] violento e arbitrário”<sup>44</sup>.

Após as constantes adjetivações que lhes foram atribuídas, o Sr. José Vicente de Amorim Bezerra escreveu em sua defesa: “[...] eu apenas no repouso de minha consciência sempre estarei propto para activar sua reprodução todas as vezes que me constar que elles tentão renovar tão indigno e reprovado commercio”<sup>45</sup>. Afirmou ainda ser amigo do povo, em especial defensor do povo pobre. Como bom político, não perdia uma única oportunidade para proclamar autoelogios: “[...] tenho intima e satisfatória convicção de que com tais

---

<sup>40</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Paraíba, 1980, p. 437.

<sup>41</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> BEZERRA, José Vicente de Amorim. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba José Vicente de Amorim Bezerra*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1850

<sup>45</sup> Idem.

medidas salvei muitas vidas, o que me compensa as aflições que sofri, e do trabalho que tive para dar, e fazer cumprir essas providências, juctamente quando também me achava afetado pelo mal que grassava”<sup>46</sup>. Numa tentativa de se aproximar discursivamente da população que tinha suas casas e corpos grassados pela febre amarela, chegou a publicar por escrito no relatório que também foi afetado pela peste. Não deixou detalhes. Se limitou a afirmar que “[...] também me achava afetado pelo mal que grassava”.

Essas medidas coincidiam com aquelas propostas para tentar sanar a epidemia de febre amarela nas diversas cidades do país: asseio das ruas, de casas e corpos, o cuidado com a alimentação, com os armazéns, com os matadouros, orientações sobre o enterramento dos defuntos e a aplicação de medicação sintomática. De alguma forma essas medidas contribuíram para que o “terrível flagelo” começasse a desaparecer na capital paraibana. Porém, é importante ressaltar, que exatamente quando os casos de febre amarela começaram a diminuir na cidade da Parahyba, a peste começou a se espalhar pelo interior da Província, acometendo os habitantes das cidade de “[...] Alhandra, Jacoca, Mamanguape e de outros pontos do interior [que] foram ameaçados por sua maligna influencia”<sup>47</sup>.

Diante desse novo cenário, o presidente da Província afirmou em seu relatório que sempre que constava o aparecimento da peste de febre amarela em qualquer lugar, “[...] remetia huma ambulância com o respectivo receituário que mandei organizar para a sua applicação, pelo prestante cirurgião-mor da Província, o Digno Cidadão João José Innocencio Poggi, que foi incansável no curativo dos enfermos pobres”<sup>48</sup>. Para algumas cidades atacadas pelo mal, o governo se limitou a enviar “gratificações a facultativos” e algum tipo de “benefício pecuniário”, pois em determinadas cidades a população pobre “[...] finaram-se por falta de meio de subsistência”<sup>49</sup>. Aqui ou ali, numa cidade ou noutra, “a febre amarela sempre apresentou surtos de maior ou menor intensidade”<sup>50</sup>.

A epidemia de febre amarela na Paraíba no ano de 1850 fazia parte dos “anos infaustos” como postulou o Dr. Odair Franco<sup>51</sup>. Dentre o período que vai de 1850 e 1861 a doença se propagou de norte ao sul do país, eclodindo em quase todas as Províncias do Império e levando-lhes à desolação e ao luto. Invadiu primeiramente os portos marítimos, seguindo, com raras exceções, o caminho da navegação marítima. Conforme os dados apresentados pelo referido médico, a cidade do Recife foi atacada em 1849 sepultando cerca

---

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Idem

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1945, p. 271.

<sup>51</sup> FRANCO, Odair. *História da febre-amarela no Brasil*. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969 p. 27.

de duas mil e oitocentas pessoas. De lá propagou-se para o interior, sendo constatada, naquela ocasião, nas cidades de Paudalho, Nazaré, Vitória e Goiana. No mesmo ano foram diagnosticados casos de febre amarela na Bahia e no Rio de Janeiro. No primeiro mês de 1850, chegou ao Pará embarcada na “Pollux” que vinha da Província do Pernambuco. No mesmo ano acometeu a cidade de Maceió, e de lá a febre amarela se propagou para São Miguel, onde causou “horíveis estragos”, e ainda a Penedo e a Passo do Camaragibe. Em fevereiro daquele ano, a infecção penetrou na Província da Paraíba, transportada de Pernambuco, onde “continuava a ceifar muita gente no mar, porém pouca em terra”. Alguns anos mais tarde vamos encontrá-la no interior da Paraíba, como revela o relatório que, em 1859, o Dr. Firmino Vital de Oliveira apresentou ao Presidente da Província, tratando longamente de um surto de febre-amarela que havia irrompido na Serra do Pontes, pertencente à Vila de Campina Grande. Sergipe, Rio Grande do Sul, Santos, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí, Amazonas e Santa Catarina também foram vítimas da febre amarela.

Os anos que seguiram o primeiro surto de 1850 também noticiaram nos relatórios de presidente de Província a insistência da febre amarela. Em 1852 foi dito que essa doença “[...] que tantos estragos há feito no Imperio, reapareceu nesta cidade no fim do anno passado. Os cazos á bordo dos navios estrangeiros forão quasi todos malignos; mas em terra nem o mal fez progressos, nem os poucos cazos deixarão de ser benignos”<sup>52</sup>. Nesse mesmo ano, chegou ao chefe do executivo da Paraíba a informação que a comarca do Icó, localizada no interior do Ceará, estava sendo atacada de forma violenta pela febre amarela. Com medo que a enfermidade chegasse até as cidades do sertão paraibano que ficavam próximas do Icó, o Sr. Antonio Coelho de Sá Albuquerque, “[...] sem demora remetti um receiturario contendo medidas preventivas e tão bem conselhos para o cazo de acommetimento. Felizmente os receios não virão a realidade”<sup>53</sup>.

A febre amarela parecia ser imbatível naqueles anos. Mal era vencida numa cidade, a doença atacava outra. Em maio de 1852, a peste grassou na Vila de Campina Grande “[...] ceifando não pequeno número de vidas”. Ou seja, “quando a população já se achava desassombrada desse pesadelo, renovou-se o mal em Campina Grande, em maio de 1852 onde permaneceu até abril do ano seguinte”<sup>54</sup>. Naquela ocasião, já havia girado a roda das

---

<sup>52</sup> ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Antonio Coelho de Sá Albuquerque*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1852, p. 14.

<sup>53</sup> ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Antonio Coelho de Sá Albuquerque*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1852, p. 14.

<sup>54</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Paraíba, 1980, p. 437.

cadeiras do poder, e a Paraíba era chefiada pelo Sr. Flávio Clementino da Silva Freire, que tratou de afirmar que “[...] fiz tudo quanto em mim esteve para socorrer a população afflita, e posso asseverar a V. Exc., que vi coroados de lisongeiros resultados os meus trabalhos”<sup>55</sup>. Noutras palavras, assim como seus antecessores, tratou de vangloriar aquilo que seria sua obrigação enquanto político.

Em seguida, passou a informar as medidas adotadas diante do quadro de peste que assolava a Rainha da Borborema:

[...] varias ambulancias mandei para aquella Villa, afim de serem distribuidos de graça medicamentos pelos affectados, ricos ou pobres; contractei com o Doutor em medicina Henry Kraussé uma viagem aquelle lugar para estudar as causas da febre, ensinar a applicação dos medicamentos convenientes, a maneira mais appropriada de curar os differentes casos, e finalmente aconselhar as medidas hygienicas que necessarias lhe parecessem para a remoção do mal; encarreguei, sob proposta do mesmo Doutor, o Pharmaceutico João Antonio Pinto dos Santos, Commissario vaccinador daquela Vila, de curar gratuitamente os affectados com a gratificação mensal de 80\$000 rs<sup>56</sup>.

Percebo que as medidas tomadas para a cidade do interior do estado eram muito próximas daquelas adotadas na capital. Seguiam o padrão dos cuidados estabelecidos a nível nacional para profilaxia da febre amarela: “desinfecções para os portadores do microrganismos e para os espaços e objetos em que ele pudesse se aninhar”<sup>57</sup>, como dito anteriormente. Medidas de isolamento e quarentena não foram mais seguidas. Outra diferença salta aos meus olhos: a inclusão de ricos como beneficiados pela medicação disponibilizada pelo governo. Talvez o fato se deva pela ausência de farmácias e boticas com esses produtos disponíveis nas prateleiras para compra e consumo, daí a necessidade de enviar para todos, independentemente da classe social que ocupavam. Por fim, coube ao presidente da Província anunciar que “[...] felizmente hoje a população daquela paragem está quasi desassombrada de um tal flagelo. E tenho a satisfação de dizer a V. Exc. que S. M. o Imperador tem sempre promptamente approvedo minhas providencias e as despesas

---

<sup>55</sup> FREIRE, Flávio Clementino da Silva. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Flávio Clementino da Silva Freire*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1853, p. 7.

<sup>56</sup> FREIRE, Flávio Clementino da Silva. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Flávio Clementino da Silva Freire*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1853, p. 7.

<sup>57</sup> Cf. BENCHIMOL, Jaime L.. Doenças como construções: os exemplos da Febre Amarela e do Calazar. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; SILVESTRE, A. J. T.. *Uma história brasileira das doenças*. V. 8. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 13.

feitas com os socorros prestados”<sup>58</sup>. São omitidos do relatório dados como a quantidade de mortos e as dificuldades encontradas no enfrentamento a doença.

Findada a febre em Campina Grande, a Villa de Alagoa Nova começou a arder, a suar, a tremer de frio e a gemer de dor. Grassava naquela vila a mesma epidemia que já havia atacado tantas outras localidades. Quanto ao governo provincial, deu “[...] imediatamente as providencias que a humanidade, e o vivo interesse pela sorte de meus presididos me aconselharão: fiz seguir para lá, o dito Commissario de Campina Grande João Antonio Pinto dos Santos com a mesma gratificação”<sup>59</sup>. Foi autorizado ainda o envio dos cirurgiões da cidade de Areia e a fornecer pelos “[...] pharmaceuticos da mesma cidade os medicamentos que pelo encarregado do curativo fossem requisitados. Partio com effeito o referido Pharmaceutico para Alagóa Nova; mas não sendo prudente a ausencia delle por muito tempo do Municipio de Campina Grande, por quanto nos lugares de Fagundes e Alagóa da Rossa do mesmo Municipio alguns casos de febre havião apparecido”<sup>60</sup>.

Nesse mesmo tempo, a cidade da Parahyba passou a ser visitada pelo hóspede indesejado da febre, porém não houve um diagnóstico de que era do tipo “amarela”, mas “[...] mas felizmente o mal dasappareceu, e os espiritos estão tranquilos”<sup>61</sup>. No começo do ano de 1853 o Chefe de Polícia enviou comunicado ao presidente da Província informando que em Pedras de Fogo, no município de Pilar<sup>62</sup>, alguns casos de febre insistiam em aparecer. O tratamento para a doença nessas localidades foi o mesmo: envio de ambulância e medicamentos.

No ano de 1856 foi registrada a insistência da febre amarela na capital da Província, especialmente por sua “lúgubre recordação”. Foi anotado pelo chefe da Saúde Pública, o Dr. Henry Krause, que as tripulações dos diferentes navios estrangeiros que aportaram no porto do Capim, localizado no bairro do Varadouro, nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano estavam infectadas por febre amarela. Oito navios que tremiam e gemiam em febres. Ou seja, num espaço de trinta e três dias o porto recebeu um total de 115 tripulantes, sendo destes, 77 adoecidos pelo mal das bichas, e 27 ceifados pela doença. Esse foi o primeiro

---

<sup>58</sup> FREIRE, Flávio Clementino da Silva. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Flávio Clementino da Silva Freire*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1853, p. 7.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> FREIRE, Flávio Clementino da Silva. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Flávio Clementino da Silva Freire*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1853, p. 7.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Só no ano de 1860 Pedras de Fogo foi elevada à categoria de Vila, com o desmembramento do município de Pilar, de acordo com a *Lei Provincial n. 10* de 06 de agosto do mesmo ano.

registro de um quantitativo de mortos pontuados num relatório. Até então, havia apenas a indicação de que muitas vidas haviam sido dizimadas.

É importante ressaltar que quando um navio infectado atracava no porto, dificilmente a doença ficava restrita àquele espaço. De lá, a doença perambulava pelas ruas da cidade no interior dos corpos de mosquitos a bater asas, contaminando outros corpos. Ainda no ano de 1856, “[...] o mal não limitou-se ao porto: as praças do meio Batalhão, e a população da Cidade soffrerão igualmente”<sup>63</sup> (RPP, 1856, p. 20). No ano seguinte, em 1857, a febre amarela voltou a visitar a capital através de seu porto: das 308 pessoas embarcadas em navios que desceram em terra firme, 67 foram vítimas da doença dos males, levando a óbito nove pessoas. Também acometeu moradores da cidade, mas os números de doentes e mortos não chegaram a ser divulgados. As cidades do interior da Província como Alhandra, Pilar, Campina Grande e Independência<sup>64</sup> também foram atacadas.

[...] fiz seguir medicos para Campina, e Independencia, incumbidos do tratamento dos desvalidos, e habilitados para cuidar deles. Um, o destinado para Campina, já voltou, e segundo sua communição em pouco tempo fallecêrão em Fagundes 42 pessoas sem contar nesse numero, os que perecerão por fora do povoado. O medico, que seguiu para Independencia, ainda la se conserva. Ordenei ao Juiz Mnnicipal, que o requisitou, que dê por tinda sua commissão, se melhorou a salubridade do município sob sua jurisdicção, como corre.

O médico enviado para Campina Grande foi o Dr. Fortunato Augusto da Silva, informando que a “[...] salubridade de Campina a melhor possível, havendo em Fagundes um ou outro caso benigno de febre amarella, a qual, segundo referirão-lhe os habitantes do lugar, havia ali atacado com força e feito 42 victimas”<sup>65</sup>. Já para Independência, foi enviado o Dr. Antonio da Cruz Cordeiro “[...] a fim de tratar ali dos affectados, cujo numero se dizia crescer, e ainda lá se conserva, com quanto pareça certo que tenha cessado a aparição de casos de tal enfermidade, ou ao menos diminuido tanto em numero que são desnecessarios os soccorros do Governo”<sup>66</sup>.

Em 1862, os registros do Cemitério Senhor da Boa Sentença continham a informação do enterramento de 310 cadáveres, no qual desse número, 12 morreram de febre amarela. No decorrer desse ano, a doença

---

<sup>63</sup> FREIRE, Flávio Clementino da Silva. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Flávio Clementino da Silva Freire*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1856, p. 20.

<sup>64</sup> Hoje corresponde à cidade de Guarabira.

<sup>65</sup> CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Manoel Clementino Carneiro da Cunha*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1857.

<sup>66</sup> Idem.

[...] vez por outra, aparece esse terrível inimigo esporadicamente, para arrebatá-lo do seio desta população uma vítima, sem que se possa conhecer-lhe a causa, porquanto surge insidiosamente e desaparece como o abutre levando em suas garras a isolada presa, como, há uma semana, se deu um exemplo igual nesta Capital, sendo vítima um estrangeiro robusto e forte<sup>67</sup>.

“Como o abutre levando em suas garras a isolada presa”. Metáforas como essa foram constantemente atribuídas à doença como a personificação da morte. Percebo que a doença é metaforizada como a razão que justifica a morte. A presa: o doente. O abutre: a morte. A razão para o abutre levar a presa: a doença. Nesse caso, a febre amarela. Uma doença que não poupava ninguém! Nem os rapazes “robustos e fortes”. Assim, foi comum nos relatórios de presidente de Província me deparar com metáforas atribuídas à doença como sendo um “terrível inimigo”, por exemplo. Metáforas que associam a doença à morte. Uma sentença sem retorno. Em alguns casos, assim aconteceu.

E assim foi no decorrer dos anos seguintes. Vez ou outra a Paraíba era atacada pela enfermidade das bichas. Segundo José Américo de Almeida<sup>68</sup> (1980, p. 437-438), a Paraíba vivia constantemente ameaçada pelas vizinhanças contaminadas. Durante todo o restante do oitocentos foi possível registrar manifestações da febre amarela: em janeiro de 1871, a tripulação de um vapor inglês procedente do Recife anunciava um surto no Porto do Capim. Nessa ocasião, dos mais de trinta amareletos, morreram quatro pessoas. Em 1873, trinta e quatro pessoas adoeceram no porto, tendo falecido dez. Ainda conforme os escritos de Almeida (1980, p. 438), era de se “admirar que no estado de abandono em que vivia a cidade, cercada de pântanos e sem mínima defesa sanitária, fosse tão fraca e restrita a ação do mal”. Julgou imprudente a medida tomada pelo governo provincial de abandonar o lazareto construído para isolar os doentes da capital, pois os enfermos passaram a ser tratados “nas dependências do convento São Francisco e, afinal, no hospital da Santa Casa de Misericórdia. Mas ainda assim, não se disseminou a febre”.

### **“A febre amarela grassou com singular impetuosidade neste Estado”**

O século XIX não sepultou a febre amarela na Paraíba. Limitou-se apenas ao enterramento de suas vítimas, seja nas igrejas ou nos cemitérios construídos na segunda

---

<sup>67</sup> LIMA, Francisco D'Araújo. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Paraíba pelo Presidente da Província da Paraíba Francisco D'Araújo Lima*. Parahyba do Norte: Typografia José Rodrigues da Costa, 1862, p. 1-2.

<sup>68</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Paraíba, 1980, p. 438.

metade do oitocentos. O advento da República, a chegada dos sinais da modernidade e o avanço da medicina não impediram que algumas doenças insistissem em bater à porta do estado paraibano que muitas vezes entrava sem pedir licença e se assentava como um hóspede indesejado. Os discursos publicados pela imprensa oficial trataram de divulgar ano a ano que as doenças haviam sido vencidas, banidas, derrotadas. Ledo engano! Da mesma forma que a varíola voltou a fazer vítimas no ano de 1925, quando já se decretava seu fim em decorrência da vacinação, a febre amarela chegou sorrateira à cidade da Parahyba, no ano de 1926. Instalou um surto aterrador e desolador. Solicitou a abertura das portas dos cemitérios, pois vitoriosa, para lá enviaria os corpos que haveria ceifado. O mosquito<sup>69</sup> da morte abria suas asas para voar e infectar os corpos das pessoas.

Preciso aqui retomar os apontamentos de Jaime Benchimol<sup>70</sup> sobre a febre amarela. Para esse autor, se no século XIX, “as bichas” foi vista como doença provocada por fungo ou bactéria, portanto contagiosa, fato que requeria isolamento, quarentena e desinfecção, quando na virada para o vigésimo século a “problemática etiológica passou a segundo plano e a febre amarela foi vista como doença com etiologia desconhecida transmitida por uma única espécie de mosquito, tendo o homem como único hospedeiro vertebrado”<sup>71</sup>. Portanto, a orientação da política sanitária da época passou a ser a realização de campanhas higiênicas que visavam romper o encadeamento do indivíduo infectado – inseto vetor – indivíduo saudável, somado à medicação sintomática que passou a ser combinada com compostos à base de metaloides, a exemplo do arsênico, visando combater protozoários patogênicos. Noutras palavras, o combate à febre amarela deveria ser efetivado rompendo o ciclo homem doente, que era picado pelo mosquito e que em seguida picava o homem saudável.

A terceira etapa instituída sobre a febre amarela, ainda de acordo com Jaime Benchimol, deu-se na passagem dos anos 1920 para os anos 1930. A doença foi carimbada como viral com duas formas – urbana e silvestre (zoonose) -, sendo transmitida por vários grupos de insetos a vários hospedeiros vertebrados (primatas e humanos). Dessa forma, enquanto não se desenvolvia uma vacina contra a febre amarela, fazia-se necessário

---

<sup>69</sup> De acordo com o Dr. Odair Franco (1969, p. 61-62), o Dr. Walter Read apresentou um relatório no Congresso Pan-Americano, realizado em Havana no ano de 1901 explicando aos presentes que o mosquito *aedes aegypti* serve de hospede intermediário ao parasito da febre-amarela; que a febre-amarela transmite-se ao indivíduo não imune, por meio da picada do mosquito que, anteriormente, tenha se alimentado de sangue de um enfermo dessa infecção; que um intervalo de doze dias ou mais, depois da infecção, parece necessário para que o mosquito seja capaz de transmitir o germe infeccioso; que a picada do mosquito, dentro de um intervalo menor do que o indicado no item anterior, não parece conferir nenhuma imunidade contra ulteriores ataques de febre-amarela.

<sup>70</sup> BENCHIMOL, Jaime L.. Doenças como construções: os exemplos da Febre Amarela e do Calazar. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; SILVESTRE, A. J. T.. *Uma história brasileira das doenças*. V. 8. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 13.

<sup>71</sup> BENCHIMOL, Jaime L.. Doenças como construções: os exemplos da Febre Amarela e do Calazar. In: FRANCO, S. P.; NASCIMENTO, D. R.; SILVESTRE, A. J. T.. *Uma história brasileira das doenças*. V. 8. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 13.

exterminar o mosquito<sup>72</sup> responsável pela transmissão da doença. O fato é que a forma mais utilizada de combate à febre amarela no Brasil foi tentando acabar com o mosquito.

Essa terceira etapa parece ter sido colocada em prática no ano de 1926, quando a febre amarela sacudiu mais uma vez o estado da Paraíba. Vejamos o pronunciamento do Presidente do Estado, o Sr. João Suassuna:

[...] lamentámos mais um surto epidemico de febre amarella nesta cidade e nalguns pontos do interior; mas, não obstante o pavor que inspira essa molestia ao povo, foi insignificante o numero de obitos, em comparação com os da variola em 1925. Fomos duramente castigados pagámos amargo tributo pela nossa ingratição. Mal se ausentaram os vigilantes inimigos do mosquito transmissor, e novo surto de febre amarella interveiu como causa anormal de cerca de 20 obitos nesta capital, na maioria de individuos da primeira idade<sup>73</sup>.

Era a primeira vez que o relatório continha informações, mesmo que rápidas, sobre a caça ao mosquito transmissor da febre amarela: “[...] mal se ausentaram os inimigos do mosquito transmissor”. O discurso dá a entender que foi realizada uma espécie de campanha contra o mosquito, mas não deixa clara a forma de atuação e caça. Indica ainda que cientes de que a campanha havia sido vitoriosa, os “vigilantes inimigos do mosquito” cessaram o trabalho, a vigilância. Pouco tempo depois, os mosquitos voltaram a fazer vítimas e adoecer corpos. Num primeiro momento do surto do ano de 1926, vinte pessoas foram a óbito e a doença das bichas só não fez mais vítimas que a varíola, que grassava no território paraibano no ano anterior. Porém, a epidemia começou a tomar proporções inesperadas, fazendo com que o governo solicitasse o auxílio da Comissão Rockefeller: “[...] acudiu-nos imediatamente a humanitária instituição, e reduzido ao minimo, pela campanha inteligente e segura do efeito, o indice stegomyco, cessou para logo a terrivel epidemia”<sup>74</sup>.

A febre amarela grassou de forma violenta em várias cidades do estado, muito especialmente na cidade de Parahyba, tendo se alastrado com menor força aos municípios de Campina Grande, Itabaiana, Cabedelo, Santa Rita, Guarabira, Bananeiras e Alagoa Grande. Assim, com o irromper da referida enfermidade no mês de abril de 1926, a Comissão Rockefeller estabeleceu “[...] com a possivel brevidade, os trabalhos systemiticos de combate á *Stegomya Calopus* o unico mosquito responsavel como transmissor do virus mortifero o

---

<sup>72</sup> Para Jaime Benchimol (2018, p. 26) o *Aedes aegypti* fora eliminado em largas extensões do país, mas persistia nas zonas rurais do Nordeste, nas pontas de ruas não controladas, em estradas, engenhos e sítios. A intensa migração de nordestinos para as cidades litorâneas poderiam comprometer todo o programa se não fosse absolutamente eficiente.

<sup>73</sup> SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba João Suassuna*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1926, p. 131-132.

<sup>74</sup> SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba João Suassuna*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1926, p. 131-132, p 133.

Leptospira Icteroides de Noguchi”. A partir do dia 13 de abril daquele ano, foi instalado os trabalhos de desinfecção e caça ao mosquito transmissor da febre amarela, sendo verificado que “[...] 60%, ou seja 60 casas encontradas com a presença de focos de mosquitos (moriçocas) em cada 100 visitadas”<sup>75</sup>. Vejamos no quadro abaixo, os dados sobre a presença do mosquito nas cidades visitadas pela *Fundação Rockefeller*:

**Quadro 1** – Índice de mosquitos nos municípios afetados pela febre amarela

<b>Município</b>	<b>Índice percentual</b>
<b>Campina Grande</b>	65%
<b>Cabedelo</b>	50%
<b>Guarabira</b>	45%
<b>Itabaiana</b>	60%
<b>Bananeiras</b>	65%
<b>Santa Rita</b>	58%
<b>Alagoa Grande</b>	75%

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados contidos no Relatório de Presidente de Estado da Paraíba, em 1926.

Os dados acima apresentados revelam que o índice de mosquitos e/ou larvas dos mosquitos era bastante alto nos municípios em tela. Se levarmos em consideração o fato de que Campina Grande era a segunda maior cidade e por conseguinte a segunda maior população do estado, mais de 50% dos seus domicílios possuíam focos do mosquito transmissor. Os dados foram considerados preocupantes e revelaram a necessidade de manter acesa a campanha contra o mosquito. Acredito que as visitas dos “vigilantes sanitários” também serviam como orientação à população de como evitar a proliferação do mosquito, bem como de assegurar a matança do mesmo.

Ao final do ano de 1926, foram expostos em relatório os dados sobre a atuação da campanha de vigilância sanitária contra a febre amarela. Observemos os dados no quadro abaixo:

**Quadro 2** – Casas visitadas pela Comissão de Vigilância contra a febre amarela

<b>Municípios</b>	<b>Casas visitadas</b>	<b>Depósitos</b>	<b>Casas com focos</b>
<b>Parahyba (Capital)</b>	179.512	452.837	11.049
<b>Campina Grande</b>	84.080	161.141	5.705

<sup>75</sup> Idem, p. 134.

<b>Cabedelo</b>	49.958	94.713	3.085
<b>Guarabira</b>	22.649	53.396	1.484
<b>Itabaiana</b>	29.249	54.902	2.340
<b>Bananeiras</b>	8.248	13.754	411
<b>Santa Rita</b>	13.549	28.636	1.174
<b>Alagoa Grande</b>	3.066	6.515	538

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados contidos no Relatório de Presidente de Estado, em 1926.

É importante destacar que a quantidade de depósitos, ou seja, espaços que podem ou não ser focos de proliferação e irradiação do mosquito é bem mais alta que a quantidade de domicílios visitados. Isso quer indicar que as casas podiam possuir algumas quantidades de depósito que serviriam para a reprodução do mosquito. Na capital, por exemplo, o número de depósitos é quase três vezes maior que o de domicílios; em Campina Grande, quase duas vezes maior. No que diz respeito às casas com focos, elas seguem a quantidade de casas e de depósitos. A capital do estado liderou o índice com focos do mosquito, sendo um número assustador se levarmos em consideração a quantidade de mosquitos que proliferam num único foco. Após a cidade da Parahyba, os números decrescem na seguinte ordem: Campina Grande, Cabedelo, Itabaiana, Guarabira, Santa Rita, Alagoa Grande e Bananeiras. Todas essas cidades foram vitimadas pela febre amarela no ano de 1926.

No ano seguinte, 1927, o governo estadual divulgou dados sobre o trabalho da vigilância sanitária contra o mosquito e a febre amarela: “[...] segundo as notas fornecidas pelo dr. J. A. Kerr, o ultimo caso de febre amarela foi notificado nesta capital no dia 11 de junho de 1926, e nenhum outro se verificou no Estado, desde agosto do mesmo anno”<sup>76</sup>. E que o serviço continuou o trabalho nos municípios onde ele já vinha sendo executado, mas que com o avanço da doença tratou de incluir a vigilância nos municípios de Umbuzeiro, Esperança, Cajazeiras, Santa Luzia, São Mamede, Sousa, Patos, Barra de Santa Rosa, Pedra Lavrada, Picuí e Rio Tinto. E que nos municípios de Campina Grande, Guarabira e Cabedelo, o serviço foi continuado pelas prefeituras municipais, mesmo que por curto espaço de tempo.

Após a conclusão da campanha de vigilância, a *Comissão Rockefeller* tratou de publicar em relatório a conclusão de que “[...] todas as localidades servidas pela Comissão Rockefeller estão actualmente garantidas contra a invasão da febre amarela”<sup>77</sup>. Quanto ao

<sup>76</sup> SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba João Suassuna*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927, p. 120-121.

<sup>77</sup> SUASSUNA, João. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba João Suassuna*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1926, p. 136.

governo estadual, após divulgar que “[...] fui compelido às despesas imprevistas com a epidemia de varíola e *febre amarela*, com a luta contra os rebeldes e a campanha, mantida sem treguas, contra o banditismo”<sup>78</sup>, publicou em seu relatório anual os agradecimentos à “[...] Missão Rockefeller e nossos louvores ao diretor do serviço, Dr. Gabriel Ormaechéa”<sup>79</sup>.

Ficava, naquela ocasião, claro para os serviços de saúde pública que a guerra contra a febre amarela dependia da atuação de uma constante comissão de vigilância sanitária e da propagação de uma educação higiênica. Os cuidados com a higiene se faziam fundamentais em cidades que pouco tinham avançado nos cuidados com a salubridade. Os rios, a exemplo do Rio Jaguaribe, na capital paraibana, constantemente eram acusados por seu “deplorável estado de falta de asseio”<sup>80</sup>, ou mesmo a lagoa, hoje Parque Solon de Lucena, que foi declarada pelo médico sanitarista Flávio Maroja<sup>81</sup> (1911) como um pântano mal cheiroso.

Assim, a febre amarela foi uma dentre tantas enfermidades que assombrou e matou homens e mulheres na Paraíba, desde meados do século XIX. Os relatos sobre a doença estão em sua maioria publicados nos Relatórios de Presidente de Província/Estado e se tornaram a principal fonte histórica para escrever histórias das doenças na Paraíba durante o século oitocentista. Portanto, pensar essa fonte histórica enquanto um documento-monumento é realizar não apenas a escolha de discursos, mas extrair um conjunto de dados do passado, atribuindo-lhes um valor de testemunhos na mesma medida em que se aplica sobre ele uma crítica, como ensinou Jacques Le Goff<sup>82</sup>. Muito ainda há de ser dito sobre a febre amarela na Paraíba. Outros registros precisam ser vasculhados. Deles, sairão ainda corpos a gemer de febres e mosquitos a voar, na tentativa de infectar outros corpos.

Recebido em 04 de fevereiro de 2020

Aceito em 07 de abril de 2020

---

<sup>78</sup> Idem, p. 188.

<sup>79</sup> Idem, p. 133.

<sup>80</sup> AGUIAR, Wellington. *A velha Paraíba nas páginas de jornais*. João Pessoa: A União, 1999, p. 393.

<sup>81</sup> MAROJA, Flávio. Nossa higiene. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 431-437, 1911.

<sup>82</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 537.